



VALOR AMBIENTE
Gestão e Administração de
Resíduos da Madeira, S.A.

**VALOR
AMBIENTE**

RELATÓRIO E CONTAS 2009



Funchal, 25 de Março de 2010

Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.

Refere-se o presente Relatório e Contas ao exercício de 2009 da sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos detidos pela Região Autónoma da Madeira designada de VALOR AMBIENTE – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, concessionária em regime de serviço público e de exclusividade do sistema regional de transferência, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos da Região Autónoma da Madeira ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 5/2009/M, de 11 de Março, que altera o Decreto Legislativo Regional nº 28/2004/M, de 24 de Agosto.

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A reorganização das competências em matéria de distribuição de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos segundo um modelo empresarial capaz de otimizar a gestão dos sistemas em função de critérios de eficiência com ganhos quantitativos ao nível dos tarifários de equilíbrio e maximizar o acesso a créditos para apoio a investimentos com posterior afectação de recursos financeiros consoante os respectivos graus de desequilíbrio estrutural são medidas essenciais à sustentabilidade económica, social e ambiental em matéria de água e de resíduos.

A generalidade dos objectivos definidos para a reestruturação e sustentabilidade no longo prazo do sector impõe uma solução de gestão integrada da globalidade do ciclo da água e dos resíduos sólidos urbanos na Região Autónoma da Madeira, baseada nos recursos técnicos e no know-how já existente, garantindo o aproveitamento das sinergias técnicas e de gestão entre as duas actividades e potenciando o contributo dos fundos potencialmente gerados pela vertente de distribuição para a vertente de saneamento, tipicamente muito deficitária face à dimensão dos investimentos envolvidos e às carências existentes.

Da mesma forma, as maiores valias da valorização dos resíduos sólidos urbanos através da produção energética e da reciclagem permitem, por razões óbvias, potenciar economias de escala mediante a integração, num sistema único, da recolha selectiva e indiferenciada de resíduos urbanos.

Assim na sequência da implantação na Região Autónoma da Madeira, em 1999, do sistema regional de gestão e abastecimento de água em alta, cuja exploração foi atribuída à IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A. ao abrigo de um contrato de concessão e, em 2004, do sistema regional de transferência, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos em alta concessionado à Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, SA também em regime de concessão e de exclusividade de serviço público, resolveu a Região Autónoma da Madeira alargar este conceito à gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais em alta e dos sistemas, em baixa, de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e recolha selectiva ou diferenciada de resíduos urbanos, com o claro objectivo de conferir maior eficiência, qualidade e sustentabilidade aos serviços públicos desses sectores.

Para o efeito foram criados, em 2009, os sistemas correspondentes e uma estrutura societária que permite enquadrar a exploração dos referidos sistemas adicionais, mediante a aprovação de um conjunto de Decretos Legislativos Regionais¹.

¹ **Decreto Legislativo Regional nº 4/2009/M, de 10 de Março** – Cria o Sistema de Gestão de Regadio da Região Autónoma da Madeira, constitui a sociedade denominada IGH – Investimentos e Gestão Hidroagrícola, S.A. e autoriza a atribuição da concessão da exploração e manutenção do sistema em regime de serviço público e de exclusividade;

Decreto Legislativo Regional nº 5/2009/M, de 11 de Março – Altera o Decreto Legislativo Regional nº 28/2004/M, de 24 de Agosto, que cria o Sistema de Transferência, Triagem, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Região Autónoma da Madeira, constitui a sociedade de capitais exclusivamente públicos denominada Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A. e autoriza a atribuição da concessão da exploração e manutenção do sistema em regime de serviço público e de exclusividade;

Decreto Legislativo Regional nº 28/2004/M, de 24 de Agosto – Cria o Sistema de Transferência, Triagem, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Região Autónoma da Madeira, constitui a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos denominada «Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da

Por via dessa reforma legislativa foi criado um agrupamento de empresas regionais de capitais exclusivamente públicos, destinado à gestão conjunta das águas e dos resíduos da Região Autónoma da Madeira, com atribuição dessas competências a uma entidade empresarial, englobando as vertentes adução e distribuição de água potável em alta e em baixa, da recolha, drenagem, tratamento e envio a destino final de águas residuais urbanas e da adução e distribuição de água para regadio agrícola, de recolha, tratamento e valorização e resíduos sólidos urbanos.

Converge-se assim para uma gestão integrada das águas e dos resíduos da Região Autónoma da Madeira, potenciando o cumprimento dos objectivos de política regional dos recursos com ganhos emergentes do impacto da optimização das soluções técnicas na qualidade do serviço prestado aos utilizadores finais e das respectivas economias de escala, sem prejuízo da responsabilidade e intervenção das actuais entidades gestoras, do qual a empresa IGSERV – Investimentos, Gestão e Serviços faz parte integrante.

Integram-se nesse agrupamento a IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A. e a Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., com as competências anteriormente referidas, a IGH – Investimentos e Gestão Hidroagrícola, S.A., a qual assumirá a responsabilidade de gestão, também em regime de concessão, do sistema regional de regadio agrícola, estando ainda prevista a entrada em funcionamento de uma outra empresa de capitais públicos, designadamente a ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., para gestão em regime de concessão dos sistemas de águas e de resíduos em baixa.

A empresa IGSERV – Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., detida integralmente pela Região Autónoma da Madeira, passará a deter maioria do capital das empresas gestoras dos sistemas em causa, mais especificamente:

- 90% dos capitais sociais das empresas IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A., Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., e IGH – Investimentos e

Madeira, S.A.» e autoriza a atribuição da concessão da exploração e manutenção do sistema em regime de serviço público e de exclusividade;

Decreto Legislativo Regional nº 6/2009/M, de 12 de Março – Altera o Decreto Legislativo Regional nº 28-C/99/M, de 23 de Dezembro, que cria o Sistema Regional de Gestão e Abastecimento de Água da Região Autónoma da Madeira e transforma o Instituto de Gestão da Água em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, denominada IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A.;

Decreto Legislativo Regional nº 28-C/99/M, de 23 de Dezembro – Cria o Sistema Regional de Gestão e Abastecimento de Água da Região Autónoma da Madeira e transforma o Instituto de Gestão da Água, criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/91/M, de 30 de Julho, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, denominada «IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A.»;

Decreto Legislativo Regional nº 7/2009/M, de 12 de Março – Cria o Sistema Multimunicipal de Distribuição de Água e de Saneamento Básico da Região Autónoma da Madeira e o Sistema Multimunicipal de Recolha de Resíduos da Região Autónoma da Madeira, prevê a constituição da sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos denominada ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., e autoriza a atribuição da gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Distribuição de Água e de Saneamento Básico da Região Autónoma da Madeira e da concessão do Sistema Multimunicipal de Recolha de Resíduos da Região Autónoma da Madeira, em regime de serviço público e de exclusividade, à ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.;

Decreto Legislativo Regional nº 8/2009/M, de 13 de Março – cria a IGSERV – Investimentos, Gestão e Serviços, S.A.;

Decreto Legislativo Regional nº 9/2009/M, de 13 de Março – IGA (águas residuais urbanas) – cria o Sistema de Gestão de Águas Residuais Urbanas da Região Autónoma da Madeira e autoriza a atribuição da concessão da gestão e exploração do sistema, em regime de serviço público e de exclusividade, à IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A.

Gestão Hidroagrícola, S.A. (estando os restantes 10% sob a titularidade da Região Autónoma da Madeira;

- 51% do capital social da empresa (a criar) ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., sendo os montantes restantes repartidos pela Região Autónoma da Madeira e pelos Municípios aderentes, respectivamente nas percentagens de 1% e 48%.

Compete à IGSERV – Investimentos, Gestão e Serviços, S.A. prestar, às demais sociedades participadas, serviços de suporte e de apoio ao negócio e à gestão, designadamente, gestão de fundos comunitários, serviços financeiros e de contabilidade, compras, logística, serviços financeiros gerais, recursos humanos e formação, sistemas de informação, planeamento e execução de projectos de investimento, controlo de qualidade da água, entre outros serviços.

Um corpo único de administradores com funções executivas da IGSERV – Investimentos, Gestão e Serviços, S.A. assegura a estratégia do grupo e a implementação de políticas de gestão integrada, aglutinando sinergias, partilhando know-how e gerindo interesses sectoriais em benefício da sustentabilidade e qualidade dos serviços prestados à população em matéria de água e de resíduos sólidos urbanos.

A integração da Valor Ambiente – Gestão e Administração dos Resíduos da Madeira, S.A. no referido agrupamento de empresas motivará, a muito curto prazo, importantes alterações na sua organização funcional motivada pelo início da centralização dos serviços gerais de gestão e administração, designadamente os de natureza cooperativa e partilhada, na sociedade IGSERV – Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., em fase de constituição.

Esta reformulação orgânica e institucional, ainda em curso, decorreu em simultâneo com a recente assumpção das responsabilidades de operação directa das diversas instalações por via da não renovação dos contratos de operação que vigoraram até Novembro de 2008. A manutenção da qualidade do serviço ao longo de 2009 e a substancial redução dos encargos gerais de exploração evidenciaram a capacidade operacional da sociedade e o forte empenho e dedicação dos seus funcionários.

Numa lógica de gestão integrada a Valor Ambiente – Gestão e Administração dos Resíduos da Madeira, S.A. assumirá, já a partir de 2010, forte cariz operacional prosseguindo uma estratégia de grupo traduzida, no essencial, pela melhoria da qualidade do serviço e estrito cumprimento das normas nacionais e europeias em matéria de gestão de resíduos, ao menor custo possível.

O Conselho de Administração

ÍNDICE

1.	Principais indicadores do exercício de 2009 e variações face a 2008.....	7
2.	Corpos sociais	8
3.	Representação da Região Autónoma da Madeira	8
4.	Actividade comercial da empresa	9
4.1.	Caracterização da actividade em 2009.....	9
4.2.	Tratamento de resíduos por incineração	10
4.3.	Deposição de resíduos em aterro sanitário	11
4.4.	Compostagem de resíduos orgânicos e venda de composto.....	12
4.5.	Transferência de resíduos entre estações.....	13
4.6.	Venda de energia eléctrica produzida pela incineração de resíduos.....	14
4.7.	Envio de resíduos para reciclagem ou outras formas de valorização	14
4.8.	Outras actividades	15
5.	Estrutura orgânica e capital humano	17
6.	Investimentos	19
7.	Situação económica e financeira.....	20
8.	Demonstração de resultados	25
9.	Contribuição da Valor Ambiente, S.A. para o Estado	28
10.	Proposta de aplicação de resultados.....	29
11.	Agradecimentos.....	30
12.	Contas do exercício.....	31

1. Principais indicadores do exercício de 2009 e variações face a 2008

Indicador	2008	2009	2009/2008
Capital social	2.500.000€	2.500.000€	0,0%
Capital próprio	65.768.862€	63.913.813€	-2,8%
Activo líquido total	243.623.511€	217.284.038€	-10,8%
Produtos vendidos	3.085.275€	2.941.633€	-4,7%
Serviços prestados	11.194.976€	8.472.698€	-24,3%
Outros proveitos	9.156€	165.941€	1712,4%
Subsídios à exploração	8.106.887€	4.314.110€	-46,8%
Proveitos extraordinários	3.539.212€	3.558.717€	0,6%
Investimento	130.727.546€	114.281€	-95,4%
Resultados correntes	-7.320.931€	-5.567.048€	-24,0%
Resultados antes de impostos	-4.258.126€	-2.253.241€	-47,1%
Resultado líquido do exercício	-3.505.345€	-1.855.049,24€	-47,1%
Número de trabalhadores	218	215	-1,4%

2. Corpos sociais

Membros da Assembleia Geral	
Presidente	Jaime Ornelas Camacho
Vice-Presidente	José Miguel Brazão de Andrade da Silva Branco
Secretário	António José da Costa
Membros do Conselho de Administração	
Presidente	José Alberto Faria Pimenta de França
Vogal	Gonçalo Nuno Araújo Ornelas Valente
Vogal	José Araújo de Barros Goes Ferreira
Fiscal Único	
UHY e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nº 164	

3. Representação da Região Autónoma da Madeira

A representação da Região Autónoma da Madeira, accionista único da sociedade, é assegurada pelo Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais, Manuel António Rodrigues Correia, mediante Resolução do Conselho do Governo Regional.

4. Actividade comercial da empresa

4.1. Caracterização da actividade em 2009

Indicadores de 2009	Valor	Unidade
Tratamento de resíduos sólidos urbanos por incineração	123.058	Ton.
Tratamento de resíduos hospitalares e de matadouro por incineração	949	Ton.
Deposição em aterro sanitário para resíduos sólidos urbanos	7.815	Ton.
Deposição em aterro sanitário para resíduos inertes	2.248	Ton.
Compostagem de resíduos orgânicos	3.115	Ton.
Transferência de resíduos entre estações	40.437	Ton.
Venda de composto orgânico	9,4	Ton.
Venda de energia eléctrica produzida pela incineração de resíduos	50.147	MWh
Envio de resíduos para reciclagem ou outras formas de valorização	7.857	Ton.
Resíduos de embalagens de vidro	2.393	Ton.
Resíduos de papel e cartão (embalagem e não embalagem)	1.209	Ton.
Resíduos de embalagens de plástico e metal	990	Ton.
Pneus usados	944	Ton.
Óleos lubrificantes usados	815	Ton.
Resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE)	735	Ton.
Escórias Ferrosas	646	Ton.
Sucata	76	Ton.
Madeiras	24	Ton.
Baterias	18	Ton.
Pilhas e acumuladores usados	6,9	Ton.
Desenvolvimento de actividades de educação e sensibilização ambiental	2.165	Nº destinatários

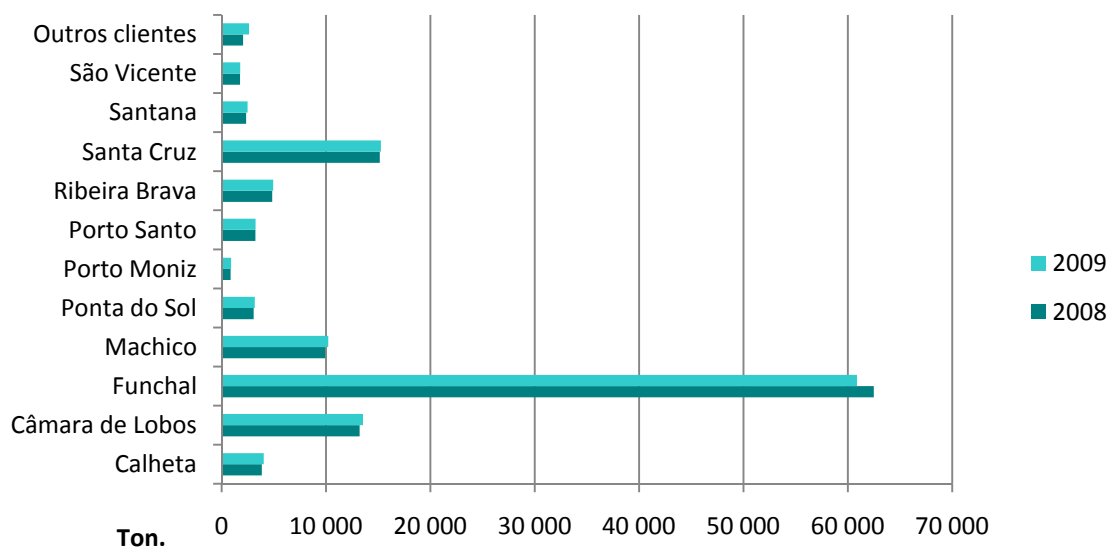
4.2. Tratamento de resíduos por incineração

Durante o ano de 2009, a Valor Ambiente recebeu 123.058 toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) para tratamento por incineração, provenientes tanto de recolhas municipais (98%), como de outros clientes (2%), na Região Autónoma da Madeira. Face a 2008, esse valor registou um acréscimo de 0,19%.

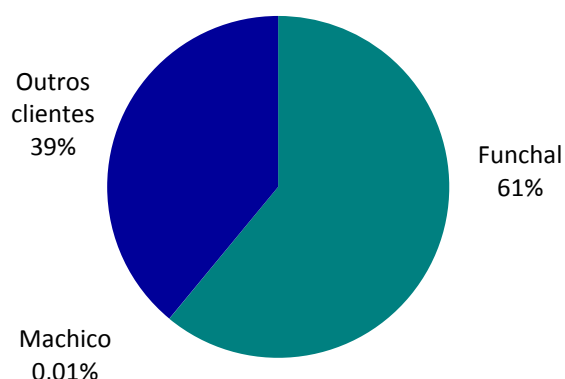
Os resíduos hospitalares e os subprodutos animais não destinados ao consumo humano, recepcionados pela Valor Ambiente em 2009, totalizaram 949 toneladas. Esta tipologia de resíduos tem como destino a incineração na Instalação de Incineração de Resíduos Hospitalares e de Matadouro. Em finais de 2009 foi necessário proceder-se ao envio de resíduos hospitalares para incineração no território continental, devido a avarias que conduziram à paragem da instalação.

Recepção de resíduos para tratamento por incineração (ton)						
	IIRSU			IIRHM		
	2008	2009	2009/2008	2008	2009	2009/2008
Calheta	3.852,20	4.028,83	4,6%	0	0,00	-
Câmara de Lobos	13.216,12	13.537,03	2,4%	0	0,00	-
Funchal	62.492,62	60.872,91	-2,6%	551,5	578,87	5,0%
Machico	9.930,11	10.208,51	2,8%	0	0,10	100%
Ponta do Sol	3.065,26	3.178,03	3,7%	0	0,00	-
Porto Moniz	857,46	902,14	5,2%	0	0,00	-
Porto Santo	3.238,22	3.246,10	0,2%	0	0,00	-
Ribeira Brava	4.850,80	4.940,96	1,9%	0	0,00	-
Santa Cruz	15.155,87	15.260,17	0,7%	12,34	0,00	-100%
Santana	2.354,25	2.488,83	5,7%	0	0,00	-
São Vicente	1.760,52	1.772,24	0,7%	0	0,00	-
Outros clientes	2.057,14	2.622,28	27,5%	983,34	370,24	-62,3%
TOTAL	122.830,57	123.058,03	0,19%	1.547,18	949,21	-38,6%

Recepção de resíduos para tratamento por incineração na IIRSU



Recepção de resíduos para tratamento por incineração na IIRHM em 2009 (ton.)



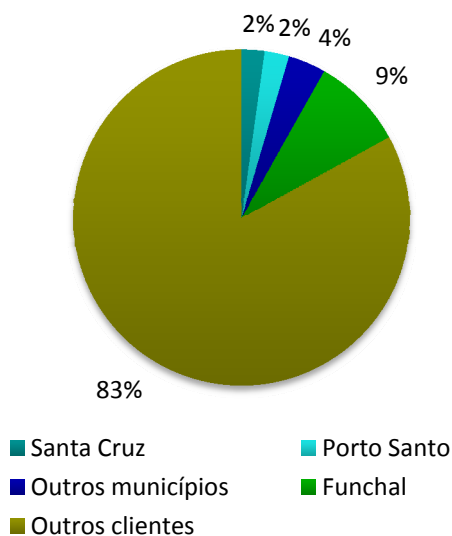
4.3. Deposição de resíduos em aterro sanitário

Foram recepcionadas, em 2009, 7.815 toneladas de resíduos com vista à deposição em aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos, menos 12,2% do que no ano anterior. Apenas 17% destes resíduos foram provenientes dos Municípios, tendo os restantes 83% sido encaminhados por outros clientes directamente para a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS), na Meia Serra.

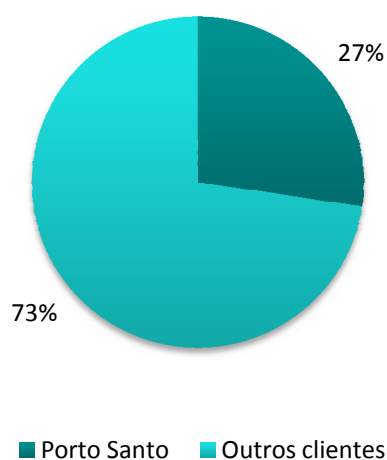
Foram ainda recepcionadas 2.248 toneladas de resíduos para deposição no aterro sanitário de resíduos inertes existente no Centro de Processamento de Resíduos Sólidos, na ilha do Porto Santo, um valor inferior em 56,1% ao registado em 2008.

Deposição de resíduos em aterro sanitário (ton)						
	Aterro de RSU			Aterro de Inertes		
	2008	2009	2009/2008	2008	2009	2009/2008
Calheta	13,42	20,88	55,6%	0	0,00	-
Câmara de Lobos	24,62	59,17	140,3%	0	0,00	-
Funchal	726,26	693,15	-4,6%	0	0,00	-
Machico	39,44	52,62	33,4%	0	0,00	-
Ponta do Sol	7,62	6,82	-10,5%	0	0,00	-
Porto Moniz	125,22	55,76	-55,5%	0	0,00	-
Porto Santo	114,02	184,36	61,7%	141,7	613,88	333,2%
Ribeira Brava	81,20	28,20	-65,3%	0	0,00	-
Santa Cruz	272,64	172,56	-36,7%	0	0,00	-
Santana	48,36	39,32	-18,7%	0	0,00	-
São Vicente	26,08	20,12	-22,9%	0	0,00	-
Outros clientes	7.422,02	6.482,36	-12,7%	4.976,16	1.634,46	-67,2%
TOTAL	8.900,90	7.815,32	-12,2%	5.117,86	2.248,34	-56,1%

Recepção de resíduos para aterro sanitário de RSU em 2009 (ton.)



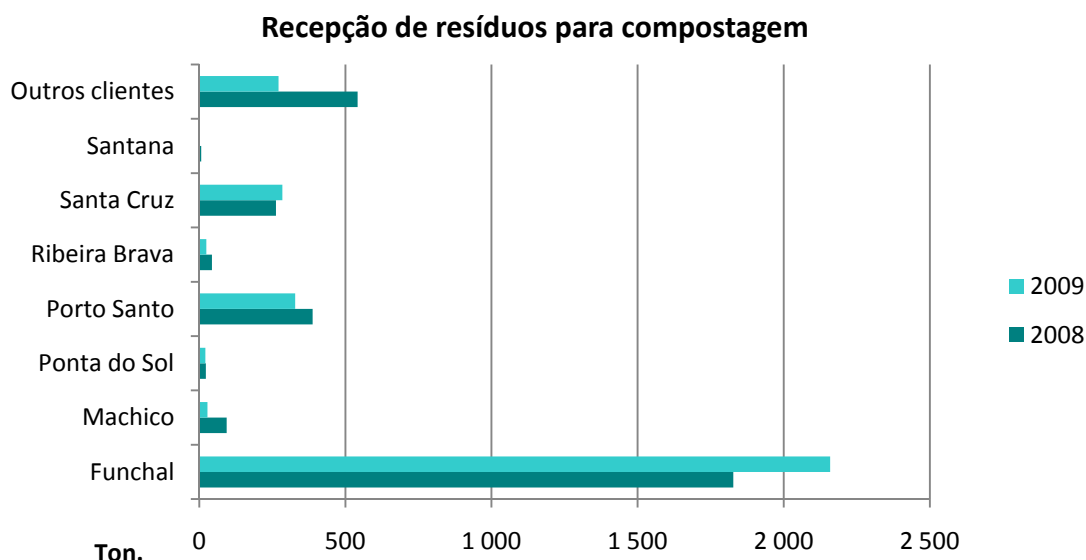
Recepção de resíduos para aterro sanitário de inertes em 2009 (ton.)



4.4. Compostagem de resíduos orgânicos e venda de composto

Os resíduos orgânicos entregues a esta empresa em 2009, com destino à Instalação de Compostagem localizada na ETRS da Meia Serra, totalizaram as 3.115 toneladas, 2,2% abaixo do valor registado no ano anterior.

Recepção de resíduos para compostagem (ton)			
	2008	2009	2009/2008
Calheta	0	0	-
Câmara de Lobos	0	0	-
Funchal	1.827,38	2.159,16	18,2%
Machico	93,58	27,76	-70,3%
Ponta do Sol	22,68	20,58	-9,3%
Porto Moniz	0	0	-
Porto Santo	388,04	328,12	-15,4%
Ribeira Brava	43,4	23,94	-44,8%
Santa Cruz	262,44	284,42	8,4%
Santana	6,6	0	-100%
São Vicente	0	0	-
Outros clientes	541,72	271,18	-49,9%
TOTAL	3.185,84	3.115,16	-2,2%



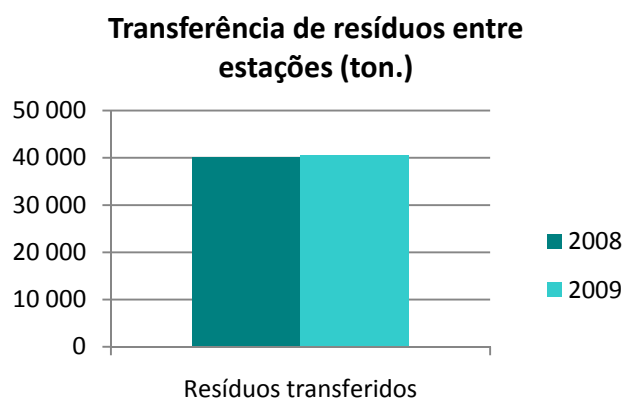
Quanto ao produto final do processo de compostagem, o composto Biovalor® foi comercializado apenas a partir de Outubro de 2009, tendo o composto sido facilitado gratuitamente até essa altura. Deste modo, a quantidade de composto vendido em 2009 atingiu apenas as 9,38 toneladas.

4.5. Transferência de resíduos entre estações

Em 2009, os resíduos sólidos urbanos transferidos entre as várias estações da empresa, para garantir o seu correcto processamento, atingiu as 40.437,42 toneladas. Essa transferência é efectuada com os seguintes trajectos:

- Da Estação de Transferência da Zona Oeste (ETZO) para a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS);
- Da Estação de Transferência da Zona Leste e de Triagem da Madeira (ETZL/ET) para a ETRS;
- Da ETZO para a ETZL/ET;
- Do Centro de Processamento de Resíduos Sólidos (CPRS) para a ETRS.

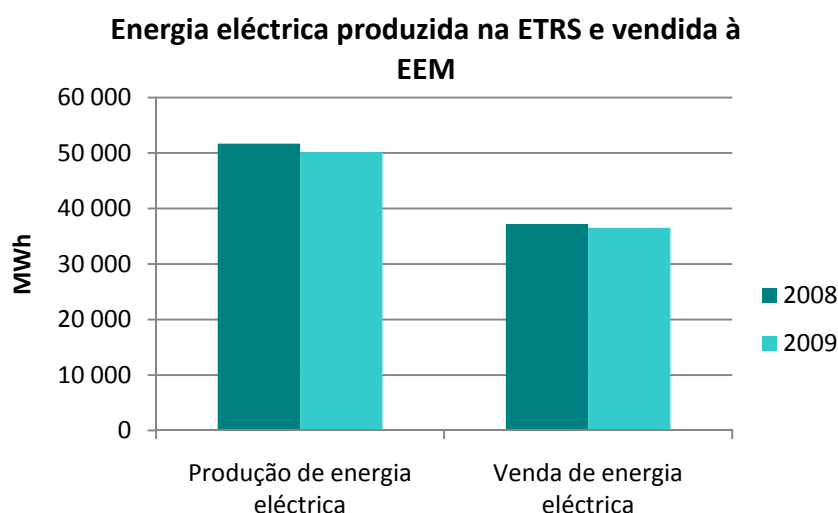
Em comparação com 2008, verifica-se que esse valor subiu 0,7%, tendo-se registado 40.168,80 toneladas de resíduos transferidos entre estações.



4.6. Venda de energia eléctrica produzida pela incineração de resíduos

A produção de energia eléctrica a partir da incineração de resíduos possibilitou, em 2009, a venda de 50.147 MWh à rede de distribuição pública (Empresa de Electricidade da Madeira), correspondente a 72,8% do total produzido. Apesar de se ter produzido menos 3% de energia, a quantidade exportada decresceu apenas 1,9%.

Venda de energia eléctrica produzida pela incineração de resíduos			
	2008	2009	2009/2008
Energia produzida (MWh)	51.689,34	50.147,39	-3,0%
Energia vendida (MWh)	37.217,99	36.511,66	-1,9%
Energia vendida (% da produção)	72,0%	72,8%	0,8%



4.7. Envio de resíduos para reciclagem ou outras formas de valorização

Em 2009, a Valor Ambiente encaminhou para reciclagem, ou para outras formas de valorização, um total de 7.857 toneladas de resíduos recebidos e/ou produzidos nas suas instalações, o que representa um decréscimo de 11,8% face ao total do ano anterior.

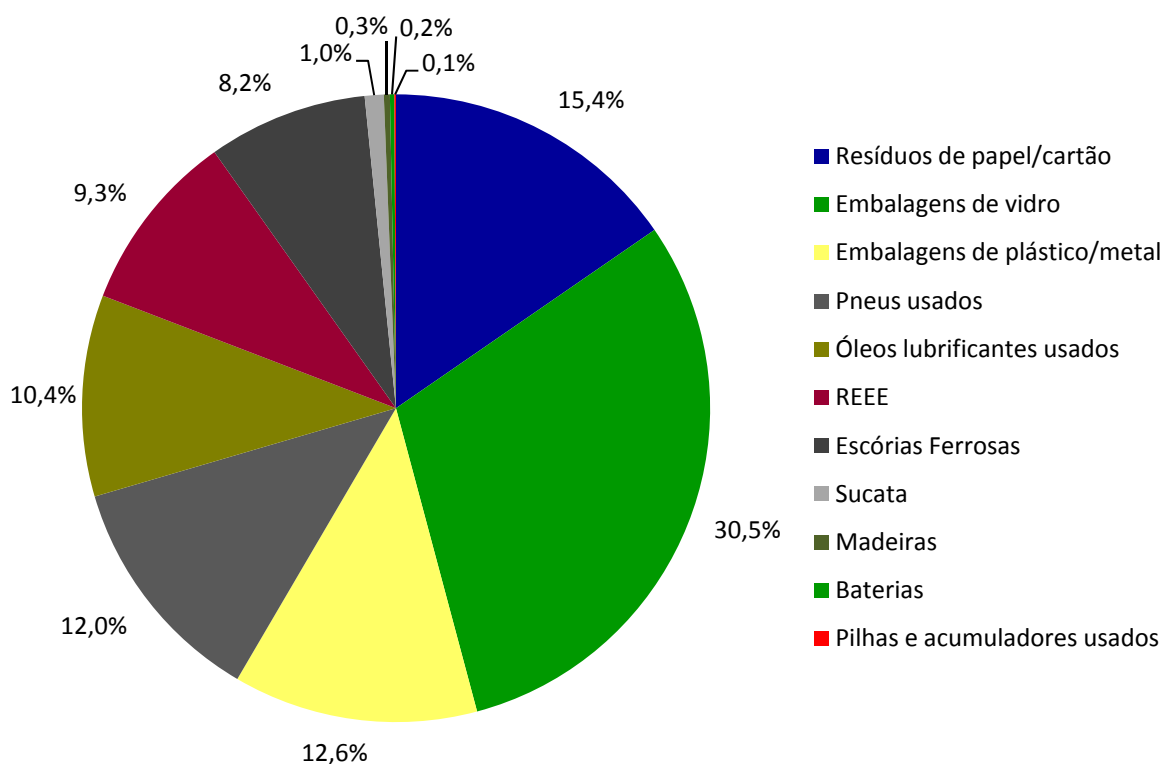
Desta quantidade, 55% corresponde aos três fluxos de resíduos de embalagens – papel/cartão, vidro e plástico/metálico. Face ao ano anterior, verificou-se em 2009 uma descida de 1,9% na quantidade enviada para valorização.

No final de 2009, a operacionalidade do parque de pneus da ETRS esteve condicionada durante três meses, devido à manutenção do equipamento de trituração, limitando o envio desse fluxo de resíduos para valorização.

Resíduos para reciclagem ou outras formas de valorização (ton)

	2008	2009	2009/2008
Resíduos de papel/cartão	1.602,25	1.208,94	-24,5%
Embalagens de vidro	2.355,90	2.393,06	1,6%
Embalagens de plástico/metal	892,49	989,53	10,9%
Pneus usados	2.013,48	944,36	-53,1%
Óleos lubrificantes usados	786,22	814,94	3,7%
Res. Equip. Eléct. Electrónicos (REEE)	519,49	734,56	41,4%
Escórias Ferrosas	719,07	646,41	-10,1%
Sucata	22,04	76,24	245,9%
Madeiras	0,00	24,32	100%
Baterias	0,00	17,74	100%
Pilhas e acumuladores usados	1,80	6,92	284,4%
TOTAL	8.912,75	7.857,02	-11,8%

Resíduos enviados em 2009 para reciclagem ou outra forma de valorização (ton)

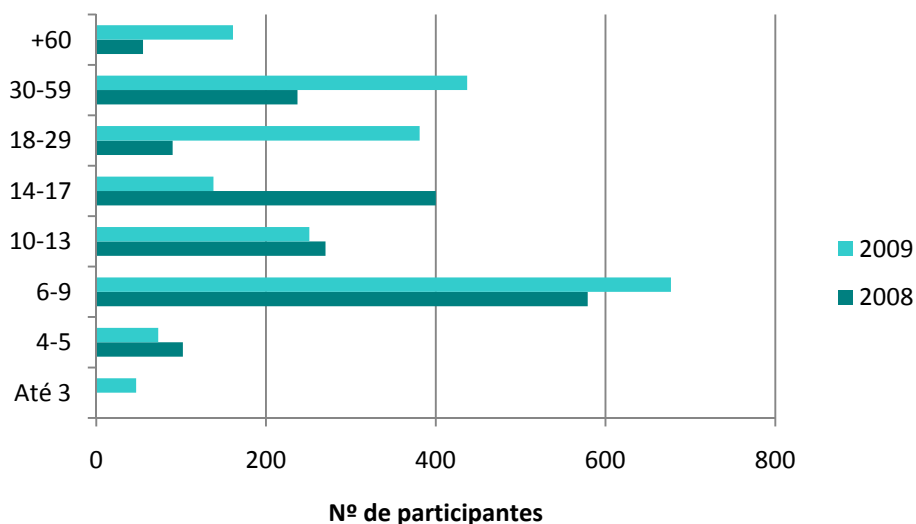


4.8. Outras actividades

A Valor Ambiente desenvolveu, em 2009, actividades de educação e sensibilização ambiental, incluindo 92 visitas a instalações próprias e 13 acções junto de estabelecimentos de ensino, empresas e outras instituições. No total, 2.165 pessoas foram abrangidas pela sensibilização realizada ao longo do ano, o que constitui um acréscimo de 25% em comparação com 2008.

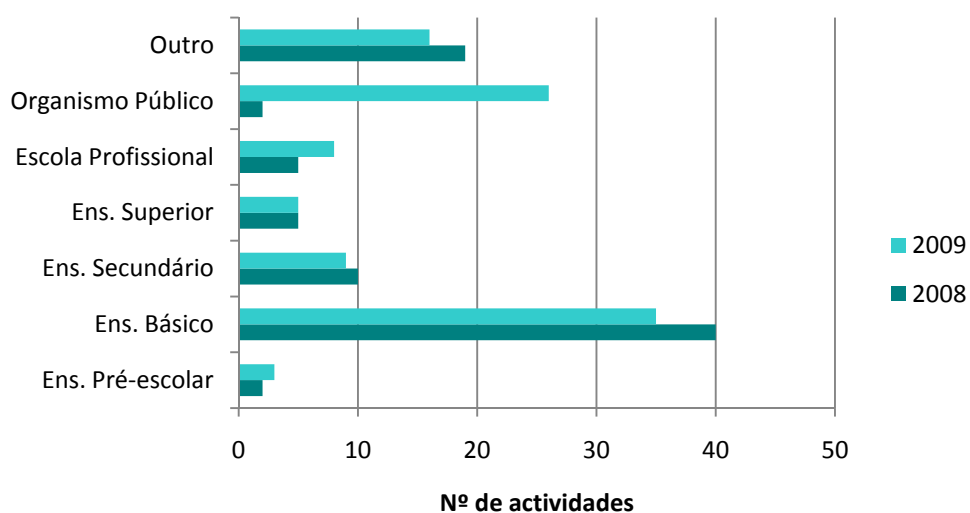
De entre as várias faixas etárias, destacaram-se os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, totalizando 31% dos destinatários.

Estrutura etária dos participantes em visitas e ações de sensibilização



Do total das actividades desenvolvidas, verifica-se que os grupos mais interessados são os estabelecimentos de ensino de todos os níveis do Ensino Básico, para além de outros tipos de organismos públicos, ligados a actividades de tempos livres e serviços de cariz social.

Destinatários das actividades de sensibilização ambiental

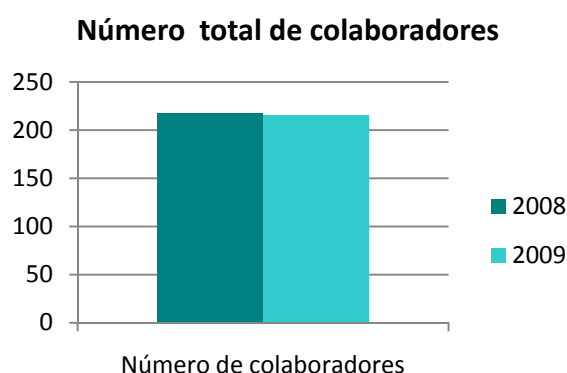


5. Estrutura orgânica e capital humano

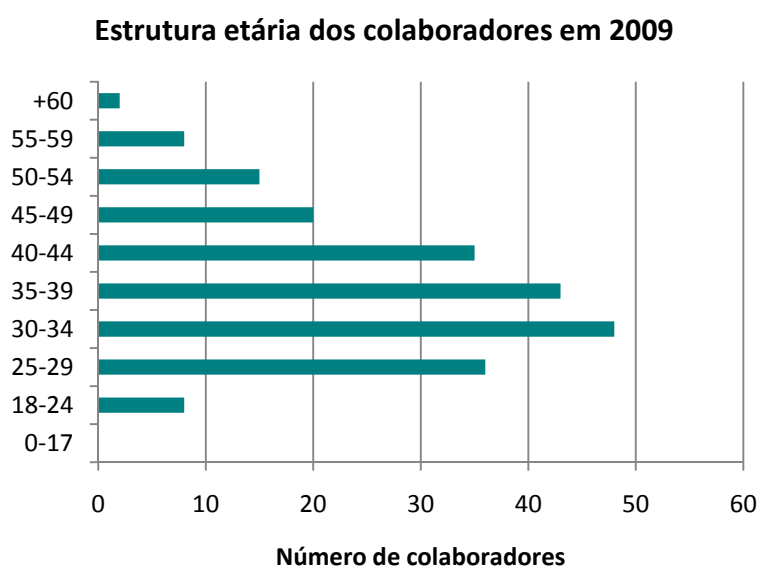
Em 2009, a estrutura orgânica interna da Valor Ambiente foi ligeiramente modificada, tendo em vista uma reestruturação da gestão dos sectores de águas e de resíduos da Região Autónoma da Madeira.

Deste modo, foi também alterada a constituição do Conselho de Administração da empresa, passando este a ter o mesmo Presidente e os mesmos vogais do que a empresa IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A., numa óptica de corpo central de administração para o grupo empresarial responsável pelos dois sectores. Para além da estrutura orgânica, os próprios procedimentos internos foram reorganizados no sentido da convergência de sistemas informáticos e de procedimentos a adoptar pelas duas empresas em questão e, no futuro, por todo o grupo empresarial.

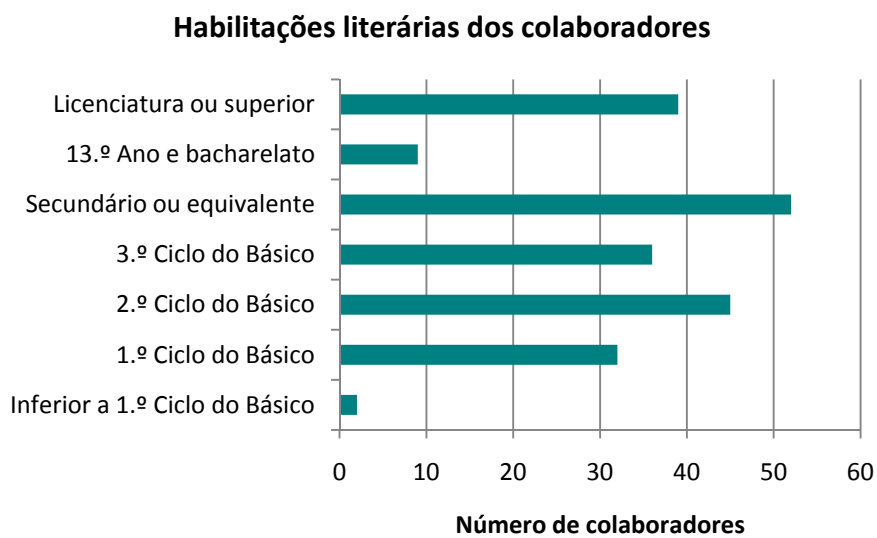
No final de 2009, a Valor Ambiente contava com 215 colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, menos 1,4% do que no ano anterior.



A estrutura etária dos colaboradores da Valor Ambiente distribui-se por várias faixas, sendo que 42% se concentra entre os 30 e os 39 anos.



Os níveis de habilitações literárias são relativamente elevados, contando a empresa com 47% de colaboradores com habilitações superiores ao Ensino Básico.



6. Investimentos

A actividade de investimento em 2009 com despesa realizada respeita: a estudos conducentes à execução da terceira fase do aterro sanitário da ETRS; a uma despesa associada à Estação de Transferência da Zona Oeste, resultante da actualização de preços do investimento anteriormente realizado; tendo ainda sido registado na contabilidade diversas despesas de investimento relacionadas com o normal decorrer da actividade da sociedade, nomeadamente com aquisições de diversos equipamentos e ferramentas.

O valor global do investimento é da ordem dos 114.281 €, com a seguinte distribuição:

Infra-estrutura	Valor (€)
3.ª Fase do Aterro Sanitário da ETRS	30.449,65
Estação de Transferência da Zona Oeste	41.955,63
Restantes Rubricas de Investimento	41.876,04
TOTAL	114.281,32

Destaca-se ainda neste âmbito que, durante o período foram desenvolvidos estudos técnicos para preparação dos elementos necessários à concretização do novo aterro sanitário do Porto Santo e à análise da estabilidade estrutural dos taludes dos aterros sanitários actualmente existentes na ETRS.

Foram ainda desenvolvidos projectos destinados à adaptação das instalações de transferência e triagem da Madeira e Porto Santo para acomodação de serviços actualmente afectos à recolha selectiva e indiferenciada de resíduos sólidos urbanos, numa lógica de gestão integrada dos serviços públicos abrangidos pelo processo de reformulação legislativa e institucional referente aos sectores das águas e dos resíduos recentemente encetada pela Região.

7. Situação económica e financeira

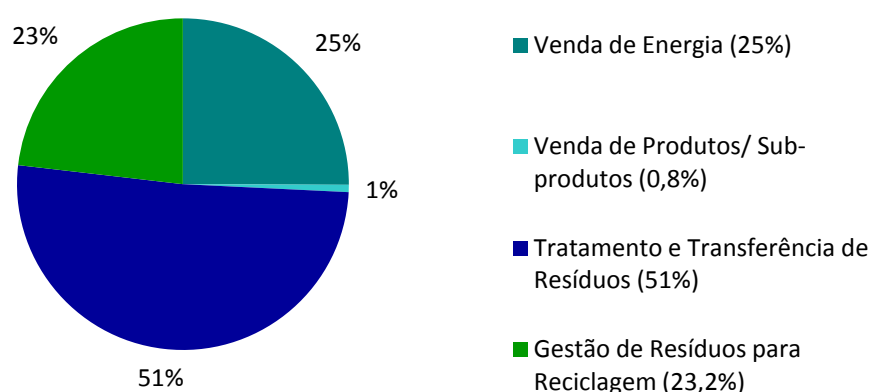
Capital Social

O Capital Social, no montante de 2.500.000,00€ e totalmente subscrito pela Região Autónoma da Madeira, encontra-se realizado em 100%.

Volume de Negócios

O volume de negócios em 2009, no montante de 11.414.331,66€, sofreu uma redução de cerca de 20% face a 2008.

Volume de negócios



Receitas versus Cobranças

Ao nível das cobranças destaca-se o facto de em 2009 ter sido possível obter dos Municípios – principais clientes desta Sociedade – grande parte do valor da dívida acumulada até 31-12-2008. De facto, no decorrer do exercício de 2009 foram recebidas verbas, daqueles clientes, que ascenderam a 16,8 M€. Este montante representou um decréscimo nos saldos devedores daquelas entidades a 31-12-2009 de -45,77%, face à mesma data de referência de 2008.

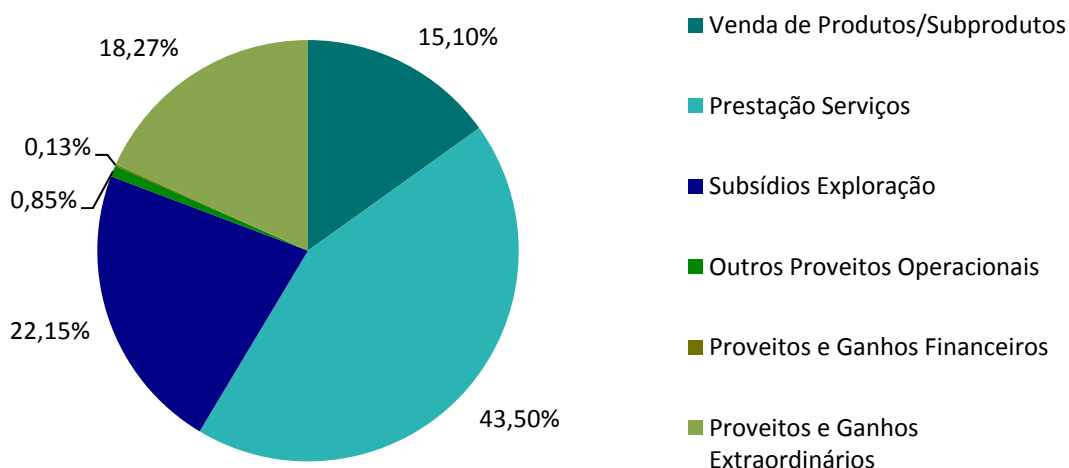
Município	Saldos devedores a 31/12/2008	Saldos devedores a 31/12/2009	Variação %
Funchal	4 916 007.19	3 376 907.94	-31.31%
Santa Cruz	1 195 874.43	1 102 711.71	-7.79%
Machico	2 290 013.53	857 645.59	-62.55%
Santana	572 419.71	208 582.53	-63.56%
Porto Moniz	75 306.34	158 470.46	110.43%
Ponta do Sol	849 883.74	335 855.81	-60.48%
Calheta	1 180 631.28	453 416.96	-61.60%
São Vicente	531 975.13	223 703.06	-57.95%
Ribeira Brava	1 293 948.43	45 743.37	-96.46%
Câmara de Lobos	2 606 395.06	853 427.18	-67.26%
Porto Santo	927 268.32	1 299 411.82	40.13%
TOTAL	16 439 723.16	8 915 876.43	-45.77%

Estrutura de Proveitos

A estrutura de proveitos apresentou um decréscimo de cerca de 25%, resultante sobretudo do decréscimo verificado nas rubricas prestação de serviços (-24,32%) e subsídio à exploração (-46,78%).

Estrutura de proveitos (€)		
Rubrica	2009	2008
Venda de Subprodutos	2.941.633,40	3.085.275,44
Prestação Serviços	8.472.698,26	11.194.976,24
Subsídios Exploração	4.314.109,95	8.106.886,90
Outros Proveitos Operacionais	165.940,93	9.156,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	24.841,27	159.248,12
Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.558.716,94	3.539.211,86
Total dos Proveitos	19.477.940,75	26.094.754,56

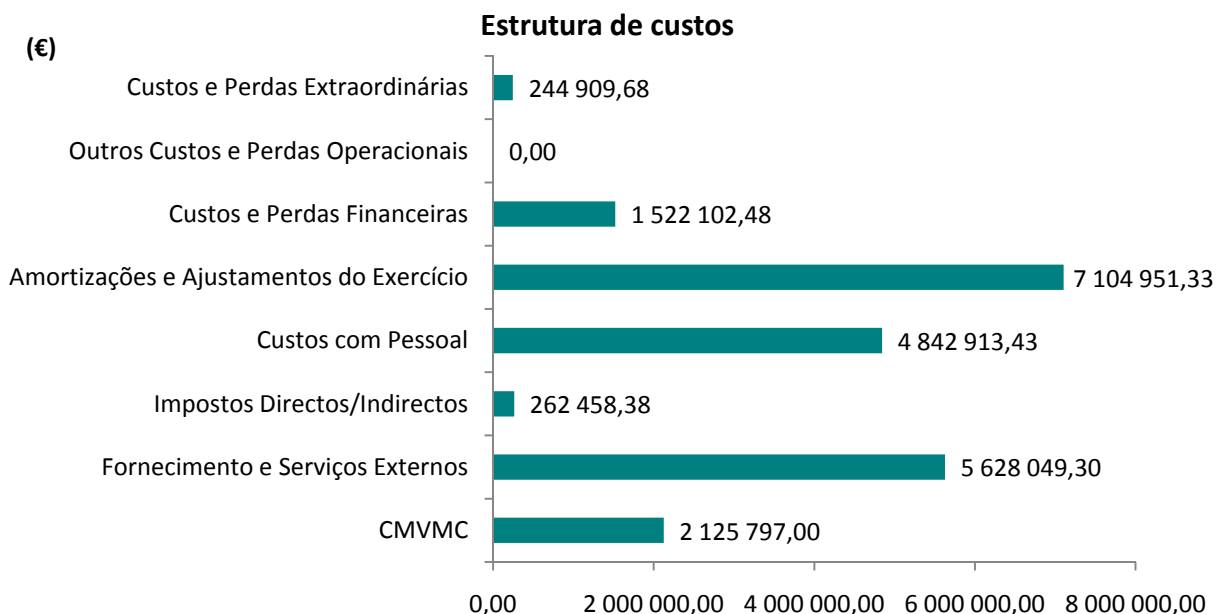
Estrutura de proveitos



Estrutura de Custos

A estrutura de custos registou uma redução de 8.621.698,70 €, traduzindo-se num decréscimo global de 28,40% dos custos verificados no ano anterior, resultado, na sua maior parte, da quebra verificada nas contas de fornecimento e serviços externos no valor de 66% e de custos e perdas financeiras, em cerca de 57%.

Estrutura de custos		
RUBRICA	2009	2008
Custo da Matéria Consumida	2.125.797,00	0,00
Fornecimento e Serviços Externos	5.628.049,30	16.525.236,81
Impostos Directos/Indirectos	249.059,40	310.423,81
Custos com Pessoal	4.842.913,43	2.234.191,39
Amortizações e Ajust. do Exercício	7.104.951,33	7.271.503,41
Custos e Perdas Financeiras	1.522.102,48	3.523.392,92
Outros Custos e Perdas Operacionais	13.398,98	11.725,76
Custos e Perdas Extraordinárias	244.909,68	476.406,20
Total dos Custos	21.731.181,60	30.352.880,30



Resultados

O Resultado líquido do exercício apurado, embora negativo em -1.855.049,24, registou uma diminuição de 47% face a 2008.

Tarifário

Em 2009 mantiveram-se em vigor as tarifas aplicadas desde 2007, sem qualquer alteração. Assim, pelas Resoluções do Conselho do Governo n.º 1405/2006, de 19 de Outubro e n.º 1423/2006, de 02 de Novembro, mantiveram-se as tarifas aplicadas aos utentes e utilizadores do sistema, ou seja, as tarifas de tratamento, valorização e destino final de resíduos, para as diferentes infra-estruturas, nomeadamente a ETRS da Meia Serra, o CPRS, a ETZO e a ETZL.

No entanto, por indicação do Concedente e na sequência da aprovação das Indemnizações Compensatórias do ano de 2009, foi proposto a aplicação de descontos comerciais sobre o exercício de 2009, aos clientes Municipais, no valor correspondente a 3.830.477,04 €.

Fontes de Financiamento

O financiamento da empresa tem quatro componentes fundamentais, nomeadamente a comparticipação através de Fundos Comunitários (Fundo de Coesão e FEDER), empréstimos bancários de curto, médio e longo prazo, indemnização compensatória do Governo Regional da Madeira, relativa à exploração das infra-estruturas (ETRS, do CPRS, da ETZO, da ETZL e ET) e comparticipação financeira do Governo Regional da Madeira relativa aos investimentos.

Fundos Comunitários

Dada a relevância desta rubrica no contexto das fontes de financiamento desta sociedade, é importante fazer um ponto de situação dos projectos envolvidos neste tipo de comparticipação em 2008.

Fundo de Coesão

O Projecto “Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos da Ilha da Madeira”, co-financiado pelo Fundo de Coesão – Decisões C (1999) 3821 Final, de 22 de Novembro de 1999 – FASE I e C(2001)/19, de 15 de Janeiro de 2001 – FASE II, cuja fusão, foi aprovada pela Comissão Europeia em 19 de Julho de 2002, por Decisão C(2002) 1700 – com uma taxa de comparticipação de 66,78% do montante global aprovado (114.382.378 €), ou seja, num montante de 73.384.552 €. Pela Decisão C(2005) 3088, de 12 de Agosto de 2005, foi aprovada uma redução do auxílio concedido no montante de 725.595 €. No entanto, pela Decisão C(2005)5877, de 21 de Dezembro de 2005, foi aprovada uma alteração à Decisão C(2002)1700, que aprovou a concessão de uma contribuição financeira passando o financiamento Fundo de Coesão para 102.099.329 € (cerca de 66,74% do montante global aprovado – 152.976.558 €).

De forma sucinta, o Projecto “Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos da Região Autónoma da Madeira”, comparticipou investimentos realizados por esta sociedade, nas diferentes infraestruturas que compõem o Sistema de Transferência, Triagem, Tratamento e Valorização de Resíduos Urbanos da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS), no Sítio da Meia Serra – concelho de Santa Cruz, o Centro de Processamento de Resíduos Sólidos (CPRS), no Sítio da Camacha - concelho do Porto Santo; a Estação de Transferência da Zona Oeste (ETZO), no Sítio da Meia Léguas – concelho da Ribeira Brava; a Estação de Transferência da Zona Leste e Estação de Triagem da Madeira (ETZL/ET), no Sítio do Porto Novo – concelho de Santa Cruz.

Do ponto de vista da execução física, todas as componentes que integraram o projecto foram concluídas até finais de 2008. Do ponto de vista financeiro a execução do projecto foi concluída no primeiro semestre de 2009. O Relatório Final do Projecto foi apresentado no final de 2009, prevendo-se que esta sociedade esteja em condições de receber o Saldo Final, no decorrer do ano de 2011.

FEDER

No que diz respeito ao FEDER não existe presentemente nenhum projecto em execução. No entanto, procedeu-se ao encerramento de dois projectos de financiamento no início de 2009, com a elaboração e entrega dos respectivos Relatórios Finais ao instituto de Desenvolvimento Regional, a saber:

- Concepção e Construção da "Valorização da Área Envolvente à ETRS da Meia Serra - 2ª Fase;
- Aquisição de Diverso Equipamento para Manuseamento e Transferência de Resíduos.

Principais Indicadores Financeiros

Os principais indicadores financeiros apresentam-se no quadro seguinte:

Indicadores financeiros	
Solvabilidade (<i>Capital Próprio/Passivo</i>):	41%
Autonomia Financeira (<i>Capital Próprio/Activo</i>):	29%
Liquidez Geral (<i>Activo Curto Prazo/Passivo Curto Prazo</i>):	62%
Liquidez Reduzida (<i>Disponibilidades/Passivo Curto Prazo</i>):	6%

8. Demonstração de resultados

RÚBRICAS	EXERCÍCIOS		
	2009	2008	VAR. %
Custos e perdas			
Custo das matérias consumidas	2 125 797.00	0.00	100.00%
Fornecimentos e serviços externos	5 628 049.30	16 525 236.81	-65.94%
Custos com o pessoal	4 842 913.43	2 234 191.39	116.76%
Amortizações e ajustamentos do exercício	7 104 951.33	7 271 503.41	-2.29%
Impostos	249 059.40	310 423.81	-19.77%
Outros custos e perdas operacionais	13 398.98	11 725.76	14.27%
Juros e custos similares	1 522 102.48	3 523 392.92	-56.80%
Custos e perdas extraordinários	244 909.68	476 406.20	-48.59%
Total dos Custos e Perdas	21 731 181.60	30 352 880.30	-28.40%
Proveitos e ganhos			
Venda de Produtos/subprodutos	2 941 633.40	3 085 275.44	-4.66%
Prestações de serviços	8 472 698.26	11 194 976.24	-24.32%
Variação da produção	0.00	0.00	0.00%
Trabalhos para a própria empresa	0.00	0.00	0.00%
Subsídios à exploração	4 314 109.95	8 106 886.90	-46.78%
Reversões de amortizações e ajustamentos	2 438.74	0.00	100.00%
Outros proveitos e ganhos operacionais	163 502.19	9 156.00	1685.74%
Outros juros e proveitos similares	24 841.27	159 248.12	-84.40%
Proveitos e ganhos extraordinários	3 558 716.94	3 539 211.86	0.55%
Total dos Proveitos e Ganhos	19 477 940.75	26 094 754.56	-25.36%
Resultados			
Resultados operacionais:	-4 069 786.90	-3 956 786.60	2.86%
Resultados financeiros:	-1 497 261.21	-3 364 144.80	-55.49%
Resultados correntes:	-5 567 048.11	-7 320 931.40	-23.96%
Resultados antes de impostos:	-2 253 240.85	-4 258 125.74	-47.08%
Imposto sobre o Rendimento (IRC):	-398 191.61	-752 780.97	-47.10%
Resultado Líquido do Exercício:	-1 855 049.24	-3 505 344.77	-47.08%

Interessa relevar a significativa redução de 8.621.698,70 € no total dos custos e perdas do exercício económico de 2009 face ao de 2008.

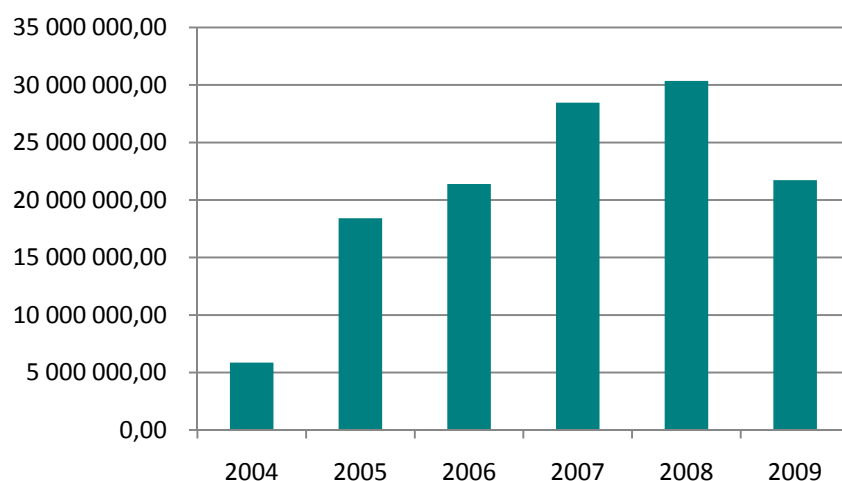
Realça-se que esta descida, incorpora ainda o aumento dos custos, em cerca de 1.800.000,00 €, resultantes do assumir por parte da Valor Ambiente, S.A. das responsabilidades inerentes ao estatuto de “Interlocutor Único Regional” perante a Sociedade Ponto Verde, passando assim a assumir os

encargos com os transportes marítimos e terrestres, dos resíduos reencaminhados para reciclagem, provenientes do Município do Funchal, e suportando ainda os pagamentos ao referido Município dos respectivos valores de contrapartida.

De todo o modo, esta situação de redução de custos, evidencia uma inversão na tendência de crescimento dos custos verificada desde o início da concessão (ver gráfico seguinte) resultou sobretudo da assumpção, por parte da sociedade, da responsabilidade de gestão directa do Sistema após a não renovação dos contratos de prestação de serviços com operadores externos em Agosto de 2008 (Estações de Transferência e Triagem da Madeira e Porto Santo) e em Dezembro de 2008 (Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra).

Realça-se ainda o impacto de cerca de 1,8 milhões de € nos proveitos operacionais resultante do fluxo de resíduos para reciclagem Funchal, anulando assim o efeito do aumento dos custos em idênticos montantes.

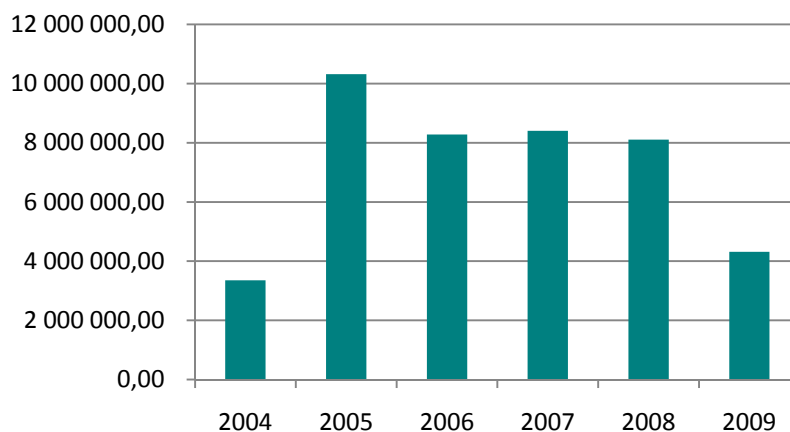
Variação do total dos custos e perdas (€)



A diminuição de encargos permitiu também, por decisão partilhada com a Concedente, conceder descontos comerciais aos Municípios sobre as vendas de 2009, no valor global de 3.830.477,04 €, adequando-se por esta via a receita da prestação de serviços a um valor mais ajustado às condições de venda praticadas no mercado nacional em serviços de natureza similar.

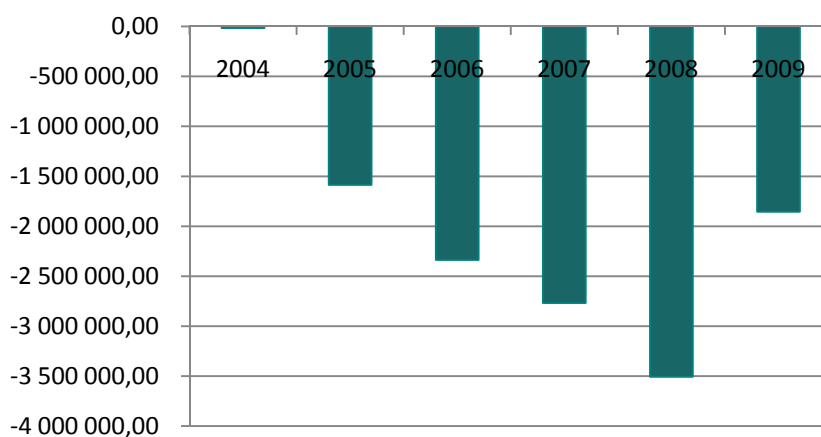
Ainda ao nível dos proveitos, designadamente no que respeita subsídios à exploração, a sociedade recebeu, a título de indemnização compensatória, o montante de 4.314.109,95 € em 2009, valor substancialmente inferior aos 8.106.886,90 € referentes a 2008, montante este em linha com o da atribuição verificada nos anos anteriores.

Variação da atribuição de subsídios à exploração (€)



Esta redução geral de encargos teve impacto nas contas de resultados do exercício, cuja variação vinha acompanhando a tendência do acréscimo sistemático dos encargos operacionais (ver gráfico seguinte). O resultado líquido do exercício de 2009, no valor negativo de 1.855.049,24 €, contrasta claramente com o de 2008, no valor de -3.505.344,77 €.

Variação dos resultados líquidos do exercício (€)



Interessa ainda referir que, apesar do resultado económico negativo - se bem que substancialmente inferior ao de 2008, a sociedade apurou o montante de 398.191,61 € referente a IRC, o que traduz um resultado fiscal positivo, no valor global de 1.893.707,52 €.

9. Contribuição da Valor Ambiente, S.A. para o Estado

Através da sua actividade em 2009 a VA contribuiu para o Estado com o pagamento de 1.732.051,15€. Deste valor 1.248.808,29€ foram da responsabilidade da Empresa (IRC-P.C., Segurança Social /C.G.A, IVA e outros Impostos), sendo 471.435,87€ as retenções efectuadas aos trabalhadores (IRS e Segurança Social/ADSE /C.G.A) e 11.806,99€ decorrentes de retenções de IRS efectuadas sobre pagamentos a terceiros, em conformidade com a seguinte discriminação:

Empresa	2009
IRC – Pagamento referente ao ano anterior	0€
IRC – Pagamento por conta	32.631€
IRC – Pagamento especial por conta	0
Encargos Sociais	1.177.994€
Outros Impostos (Selo, IMT e IMI)	5.063€
Retenções para a C.G.A – O. Públicas	33.120€
IVA	0€
Sub-Total	1.248.808€
Pessoal	
IRS	406.058€
Encargos Sociais	65.378€
Sub-Total	471.436€
Terceiros	
IRS	11.807€
Sub-Total	11.807€
Total	1.732.051€

10. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe passar o resultado líquido a resultado transitado, no montante negativo de 1.855.049,24€.

11. Agradecimentos

Aos colaboradores pelo zelo e dedicação demonstrados no exercício das suas funções;

Aos fornecedores e demais entidades da Administração Pública Regional que conosco colaboraram;

Aos clientes;

A Sua Excelência o Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, pelo acompanhamento e apoio à actividade da empresa;

A Sua Excelência o Presidente do Governo Regional da Madeira, pela confiança depositada na empresa;

Expressa este Conselho de Administração os seus melhores agradecimentos.

12. Contas do exercício